



PROCESSO Nº: 7.332/2012 (02 volumes e 07 anexos)

ORIGEM: Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

EMENTA: Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do DF. Relatório Final de Auditoria. Audiência. Considerações da jurisdicionada e das empresas chamadas a se manifestar. Unidade Técnica pugna pelo não acolhimento dos argumentos apresentados pelas empresas e determinações. **Voto convergente.**

Cuidam os autos de auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, em atendimento ao Plano Geral de Ação – PGA para o exercício de 2012, aprovado pela Decisão nº 76/2011, com vistas a examinar a sistemática de arrecadação e o seu correspondente registro contábil, os procedimentos de identificação e recuperação de créditos, bem como os controles atinentes à renúncia de receita.

Em análise pretérita dos autos, o Tribunal, mediante a Decisão nº 4.280/2014, deliberou nos seguintes termos:

I – conhecer:

- a) do Relatório Final de Auditoria, acostado às fls. 251/215;*
- b) dos documentos acostados às fls. 135/190 e seus anexos de fls. 191/217 (considerações dos gestores chamados a se pronunciar pelos termos da Decisão nº. 944/2013);*

II – preliminarmente à avaliação de mérito e à formação de juízo de valor acerca do que propugna a Unidade Técnica, determinar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **364**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

- a) *o encaminhamento do Relatório Final de Auditoria, acostado às fls. 251/315, à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – ST/DF para manifestação acerca dos achados ali constantes, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 41 da Lei Complementar nº. 01/1994 e a Resolução TCDF nº 271, de 11/06/2014;*
- b) *a audiência das empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda. para que se manifestem sobre os atos que lhes transferiram as permissões de operação no Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, com respaldo no artigo 1º da Decisão Normativa nº. 03/2011;*

III – encaminhar os autos à Secretaria de Auditoria, para os devidos fins.

Em decorrência desta deliberação, a Secretaria de Estado de Transportes do DF apresentou suas considerações, assim como as empresas Lotaxi Transportes Urbanos Ltda e Condor Transportes Urbanos Ltda.

Embora devidamente notificadas as empresas Expresso Riacho Grande Ltda. e Rápido Veneza Ltda. não se manifestaram.

Em suas considerações as empresas Lotaxi Transportes Urbanos e Condor Transportes Urbanos alegaram que “A transferência teve a anuência do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Transportes, Órgão competente para o ato, observando-se, assim, a exigência contida no artigo 27 da Lei Federal nº 8987/95”, e que “após o cumprimento das exigências legais, o ato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 24 de dezembro de 2010, dando-lhe publicidade.”

Ao final, informam que “a destinatária passou a utilizar a infraestrutura da cedente do Termo, posto que nele restou estabelecido que ficavam “mantidas as atuais condições de exploração que lhes forem pertinentes.”” Sendo juntado ao feito o Termo de Transferência e o comprovante de sua publicação.

Por sua vez, a extinta Secretaria de Estado de Transportes (atual Secretaria de Estado de Mobilidade), informou por meio do documento de fls. 251/252, que a Comissão de Sindicância daquela Secretaria constatou que “as transferências das permissões do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF”, as quais envolvem as empresas aqui tratadas, “foram realizadas à revelia da legislação de regência, o que poderá resultar na anulação dos reportados atos.”

E que, os processos atinentes às transferências das permissões foram enviados à Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC para instauração de processos administrativos disciplinares.



Esclarece, ainda, que foi instaurado o Processo nº 090.003.554/2014, “com vistas à anulação das transferências em tela, procedimento este que deverá garantir aos envolvidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório.”

Ao final, informou que aguarda a STC/DF para notificar os envolvidos e que o TCDF será comunicado acerca do andamento da anulação das transferências.

A análise efetuada pela Unidade Técnica, em relação aos argumentos apresentados, encontra-se consubstanciada na Informação nº 01/2015 (fls. 354/361), da qual destaco os seguintes excertos:

Análise

8. Os argumentos das empresas Condor e Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. não merecem prosperar, uma vez que para as transferências das permissões em questão serem válidas, não basta a anuência da autoridade competente. De fato, conforme exposto no Relatório Final de Auditoria, e ratificado pela então Secretaria de Estado de Transportes do DF, restou claro o descumprimento ao disposto na Lei nº 8.987/1995, art. 27, §1º, em todos os processos de transferência tratados, porquanto as empresas cessionárias não comprovaram devidamente o cumprimento às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço.

9. Destarte, persiste o entendimento pela anulação das transferências das permissões em tela¹, o que enseja a recuperação dos valores fruídos indevidamente pelas empresas favorecidas a título de benefício fiscal instituído pela Lei nº 4.242/2008, bem como a revisão das remunerações a elas concedidas pelo Fundo de Transporte do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF.

(...)

14. As considerações feitas pela extinta Secretaria de Estado de Transportes do DF corroboram o entendimento exarado pela equipe de auditoria acerca das transferências de permissões do STPC/DF elencadas à fl. 351, porquanto relatam irregularidades nestas, informam os procedimentos visando suas anulações, bem como a perquirição de eventual responsabilidade administrativa dos envolvidos.

Nesse sentido, considerando que os argumentos apresentados não foram capazes de modificar as proposições anteriormente apresentadas, finaliza a instrução sugerindo ao Plenário:

I) tomar conhecimento:

a) da presente Informação (fls. 354/362);

¹ Tanto das empresas que se manifestaram quanto daquelas que foram silentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **366**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

b) da documentação constante às fls. 341/352;

- II) *acolher os argumentos apresentados pela Secretaria de Estado de Transportes do DF às fls. 351/352;*
- III) *não acolher os argumentos apresentados pelas empresas Condor Transportes Urbanos Ltda. e Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. às fls. 341/345 e 346/350;*
- IV) *esclarecer à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que o art. 173 da LODF é taxativo ao vedar que agentes econômicos com obrigações tributárias inscritas na dívida ativa junto ao fisco distrital recebam do DF benesses fiscais ou creditícias, diferentemente do entendimento que a Gerência de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais adota de que bastaria a existência de débitos vencidos para ensejar tal impedimento (**Achado nº 02**);*
- V) *recomendar à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que oriente as demais jurisdicionadas do complexo administrativo distrital que se abstenham de efetuar pagamentos de tributos locais via Ordem Bancária (OB) no SIGGO e sem vinculação direta a Documento de Arrecadação (DAR) até a implementação da sistemática anunciada no Ofício nº 431/2013-GAB/DF (fls. 135/136 e anexos de fls. 137/217) e, caso efetuem, que comuniquem imediatamente a falha ao NUCAR/SUREC/SEF de modo a propiciar a baixa dos lançamentos tributários a eles pertinentes (**Achado nº 01**);*
- VI) *determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do DF que, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas tendentes ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação, com efeitos ex tunc, dos atos que transferiram as permissões de operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., bem como adote providências cabíveis quanto às implicações dessa anulação, tanto sobre as remunerações já concedidas às empresas supramencionadas, como também sobre aquelas que hão de ser pagas até a completa entrega das linhas aos licitantes vencedores da Concorrência nº 01/2011-ST, dando ciência a esta Corte e à Secretaria de Estado de Fazenda do DF das providências adotadas e dos resultados obtidos, no mesmo período (**Achado nº 03**);*
- VII) *determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que promova, após o ato da Secretaria de Estado de Mobilidade do DF que vier a anular as transferências de permissão para operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., as medidas administrativas e fiscais necessárias à cobrança do ICMS devido pelas empresas supramencionadas, dando ciência a esta Corte das providências realizadas e dos resultados obtidos (**Achado nº 02**);*
- VIII) *determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que:*
- a) *adote mecanismos que impeçam a concessão retroativa de benefícios fiscais ou creditícios a datas em que o requerente não reunia as condições para a sua fruição (**Achado nº 02**);*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **367**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

- b) realize, ao receber o requerimento de benefícios fiscais ou creditícios, cotejamento entre os documentos protocolados e aqueles necessários ao gozo da benesse, orientando o requerente de imediato, se for o caso, que providencie os documentos faltantes antes de ingressar com o requerimento nas agências de atendimento ao contribuinte da Secretaria de Estado de Fazenda do DF (**Achado nº 2**);
- c) implante monitoramento de todos os benefícios fiscais e creditícios, em periodicidade compatível com os prazos de validade das certidões de comprovação do disposto nos arts. 173 da LODF e 195, §3º, da CF/1988 requeridas para o deferimento da concessão (**Achado nº 02**);
- d) realize análise das isenções concedidas com base na Lei nº 4.242/2008, ao longo dos exercícios de 2011 a 2013, com vistas a detectar outras concessões porventura indevidas, adotando, se for o caso, medida administrativa e fiscal cabível para recuperar eventuais créditos tributários devidos (**Achado nº 02**);
- e) implante mecanismos para aprimorar a sistemática de estimativa, apuração, monitoramento e consolidação de renúncia de receitas (**Achado nº 06**);
- IX) determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do DF, ainda, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento a esta Corte das providências realizadas, no mesmo período:
- a) elabore Plano de Ação, conforme modelo apresentado no Anexo I do presente Relatório de Auditoria, com objetivo de atender as determinações constantes do item VIII, alíneas 'c', 'd' e 'e', acima especificadas, indicando cronograma de ações, medidas a serem adotadas e a unidade/setor responsável pela execução;
- b) promova as medidas administrativas e fiscais necessárias à cobrança do ICMS devido pelas empresas atingidas pelos Atos Declaratórios nos 198 e 221/2013-GEESP/COTRI/SUREC/ SEF (**Achado nº 02**);
- c) informe esta Corte as providências adotadas atinentes à identificação e recuperação dos créditos tributários oriundos dos benefícios fiscais concedidos com fulcro no Decreto nº 30.056/2009 (**Achado nº 04**);
- X) autorizar a audiência dos responsáveis a seguir indicados, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem razões de justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, pelas seguintes irregularidades:
- a) Responsável indicado na Tabela 02 do Relatório Final de Auditoria (fl. 289), quanto à irregularidade descrita na Tabela 01, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 (**Achado nº 03**);
- b) Responsável indicado na Tabela 04 do mencionado Relatório (fl. 309), quanto à irregularidade descrita na Tabela 03, tendo em vista a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **368**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994 (Achado nº 06);

XI) Autorizar:

- a) *o envio da cópia do presente Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser tomada à Secretaria de Estado de Fazenda e de Mobilidade do Distrito Federal;*
- b) *dar ciência do Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser tomada à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública desta Corte, em face das constatações indicadas no Achado nº 06;*
- c) *o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os fins pertinentes.*

É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos de auditoria de regularidade levada a efeito na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, em atendimento ao Plano Geral de Ação – PGA para o exercício de 2012, aprovado pela Decisão nº 76/2011, com vistas a examinar a sistemática de arrecadação e o seu correspondente registro contábil, os procedimentos de identificação e recuperação de créditos, bem como os controles atinentes à renúncia de receita.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **369**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

Os trabalhos desenvolvidos pela equipe de auditoria chegaram aos seguintes achados:

Achado nº 01: Contabilização intempestiva no SIGGO dos tributos recolhidos via Ordem Bancária;

Achado nº 02: Retroatividade na concessão do benefício fiscal instituído pela Lei nº 4.242/2008 sem o atendimento, no período retroagido, das exigências legais e constitucionais necessárias à sua fruição, bem como a falta de acompanhamento destas ao longo da vigência da isenção;

Achado nº 03: Fruição indevida do benefício fiscal instituído pela Lei nº 4.242/2008;

Achado nº 04: Créditos tributários (apontados por fiscalização anterior) oriundos da fruição indevida do benefício fiscal instituído pela Lei nº 4.242/2008, quando da vigência do Decreto nº 30.056/2009, pendem de identificação e recuperação;

Achado nº 05: Parcelamentos aptos a serem cancelados continuam ativos em desacordo com a norma de regência;

Achado nº 06: Descontrole na contabilização, apuração e estimativa da renúncia de receita.

Por meio da Decisão nº 944/2013, foi autorizado o encaminhamento da versão prévia do relatório aos gestores da Secretaria de Estado de Fazenda do DF, para conhecimento e manifestação em relação aos achados de auditoria.

Diante das considerações apresentadas pela SEF/DF, os apontamentos considerados pertinentes foram incorporados à versão final do relatório.

O resultado dessa fiscalização promovida pela Divisão de Auditoria consubstanciada no Relatório Final de Auditoria (fls. 251/318), foi conhecido pelo Tribunal mediante a Decisão nº 4.280/2014, ocasião em que esta Corte, preliminarmente à avaliação de mérito, deliberou por encaminhar o referido relatório, desta vez, à Secretaria de Estado de Transportes do DF para manifestação acerca dos achados de auditoria, bem como determinou a oitiva das empresas envolvidas para que se manifestassem sobre os atos que lhes transferiram as permissões de operação no Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **370**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

Após exame das considerações apresentadas, a Unidade Técnica concluiu que os esclarecimentos prestados não foram suficientes para modificar o entendimento anteriormente lançado no Relatório Final, motivo pela qual manteve as proposições sugeridas às fls. 311/315, sendo ajustadas apenas quanto à nomenclatura das jurisdicionadas alterada pelo Decreto nº 36.236/2015, bem como por ocasião do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 2010.01.1.007072-5 em 25/09/2014.

Como bem demonstrado pelo Corpo Técnico, em vista das irregularidades detectadas, as considerações apresentadas pela Secretaria de Estado de Transportes do DF só corroboram o entendimento exarado pela equipe de auditoria acerca das transferências de permissões do STPC/DF, cujos atos administrativos não observaram o disposto no art. 27 da Lei nº 8.666/93 e art. 27 da Lei nº 8.987/95.

Nesse sentido, os atos administrativos praticados pela Secretaria de Estado de Transportes, atual Secretaria de Estado de Mobilidade, foram irregulares desde a sua origem, uma vez que não houve o cumprimento dos requisitos legais, devendo, então, ser anulados com efeito *ex tunc*.

E, neste caso, como assinalado pela instrução, a anulação enseja a recuperação dos valores fruídos indevidamente pelas empresas favorecidas a título de benefício fiscal instituído pela Lei nº 4.242/2008, e, ainda, a revisão das remunerações a elas concedidas pelo Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF.

Em relação às considerações apresentadas pelas empresas Condor Transportes Urbanos e Lotaxi Transportes Urbanos Ltda., não bastam apenas às empresas alegarem em suas justificativas que as transferências das permissões são válidas por terem sido realizadas pela Secretaria de Estado de Transportes do DF. Conforme exposto no Relatório Final de Auditoria e pela Secretaria de Estado de Transportes do DF, restou claro o descumprimento da legislação nos processos de transferência aqui tratados, uma vez que as empresas não comprovaram o cumprimento às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessária à assunção do serviço.

Assim, diante das irregularidades detectadas no Relatório Final de Auditoria, acompanho as proposições sugeridas pela Unidade Técnica, razão por que VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I) tome conhecimento:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **371**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

- a) da Informação nº 01/2015 (fls. 354/362);
- b) da documentação constante às fls. 341/352;
- II) acolha os argumentos apresentados pela Secretaria de Estado de Transportes do DF às fls. 351/352;
- III) não acolha os argumentos apresentados pelas empresas Condor Transportes Urbanos Ltda. e Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. às fls. 341/345 e 346/350;
- IV) esclareça à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que o art. 173 da LODF é taxativo ao vedar que agentes econômicos com obrigações tributárias inscritas na dívida ativa junto ao fisco distrital recebam do DF benesses fiscais ou creditícias, diferentemente do entendimento que a Gerência de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais adota de que bastaria a existência de débitos vencidos para ensejar tal impedimento **(Achado nº 02)**;
- V) recomende à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que oriente as demais jurisdicionadas do complexo administrativo distrital que se abstenham de efetuar pagamentos de tributos locais via Ordem Bancária (OB) no SIGGO e sem vinculação direta a Documento de Arrecadação (DAR) até a implementação da sistemática anunciada no Ofício nº 431/2013-GAB/DF (fls. 135/136 e anexos de fls. 137/217) e, caso efetuem, que comuniquem imediatamente a falha ao NUCAR/SUREC/SEF de modo a propiciar a baixa dos lançamentos tributários a eles pertinentes **(Achado nº 01)**;
- VI) determine à Secretaria de Estado de Mobilidade do DF que, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas tendentes ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação, com efeitos *ex tunc*, dos atos que transferiram as permissões de operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., bem como adote providências cabíveis quanto às implicações dessa anulação, tanto sobre as remunerações já concedidas às empresas supramencionadas, como também sobre aquelas que não de ser pagas até a completa entrega das linhas aos licitantes vencedores da Concorrência nº 01/2011-ST, dando ciência a esta Corte e à Secretaria de Estado de Fazenda do DF das providências adotadas e dos resultados obtidos, no mesmo período **(Achado nº 03)**;



VII) determine à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que promova, após o ato da Secretaria de Estado de Mobilidade do DF que vier a anular as transferências de permissão para operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., as medidas administrativas e fiscais necessárias à cobrança do ICMS devido pelas empresas supramencionadas, dando ciência a esta Corte das providências realizadas e dos resultados obtidos **(Achado nº 02)**;

VIII) determine à Secretaria de Estado de Fazenda do DF que:

- a) adote mecanismos que impeçam a concessão retroativa de benefícios fiscais ou creditícios a datas em que o requerente não reunia as condições para a sua fruição **(Achado nº 02)**;
- b) realize, ao receber o requerimento de benefícios fiscais ou creditícios, cotejamento entre os documentos protocolados e aqueles necessários ao gozo da benesse, orientando o requerente de imediato, se for o caso, que providencie os documentos faltantes antes de ingressar com o requerimento nas agências de atendimento ao contribuinte da Secretaria de Estado de Fazenda do DF **(Achado nº 2)**;
- c) implante monitoramento de todos os benefícios fiscais e creditícios, em periodicidade compatível com os prazos de validades das certidões de comprovação do disposto nos arts. 173 da LODF e 195, §3º, da CF/1988 requeridas para o deferimento da concessão **(Achado nº 02)**;
- d) realize análise das isenções concedidas com base na Lei nº 4.242/2008, ao longo dos exercícios de 2011 a 2013, com vistas a detectar outras concessões porventura indevidas, adotando, se for o caso, medida administrativa e fiscal cabível para recuperar eventuais créditos tributários devidos **(Achado nº 02)**;
- e) implante mecanismos para aprimorar a sistemática de estimativa, apuração, monitoramento e consolidação de renúncia de receitas **(Achado nº 06)**;

IX) determine à Secretaria de Estado de Fazenda do DF, ainda, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento a esta Corte das providências realizadas, no mesmo período:



- a) elabore Plano de Ação, conforme modelo apresentado no Anexo I do presente Relatório de Auditoria, com objetivo de atender as determinações constantes do item VIII, alíneas 'c', 'd' e 'e', acima especificadas, indicando cronograma de ações, medidas a serem adotadas e a unidade/setor responsável pela execução;
- b) promova as medidas administrativas e fiscais necessárias à cobrança do ICMS devido pelas empresas atingidas pelos Atos Declaratórios nos 198 e 221/2013-GEESP/COTRI/SUREC/ SEF **(Achado nº 02)**;
- c) informe esta Corte as providências adotadas atinentes à identificação e recuperação dos créditos tributários oriundos dos benefícios fiscais concedidos com fulcro no Decreto nº 30.056/2009 **(Achado nº 04)**;
- X) autorize a audiência dos responsáveis a seguir indicados, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem razões de justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, pelas seguintes irregularidades:
- a) Responsável indicado na Tabela 02 do Relatório Final de Auditoria (fl. 289), quanto à irregularidade descrita na Tabela 01, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 **(Achado nº 03)**;
- b) Responsável indicado na Tabela 04 do mencionado Relatório (fl. 309), quanto à irregularidade descrita na Tabela 03, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994 **(Achado nº 06)**;
- XI) Autorize:
- a) o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto e desta Decisão às Secretaria de Estado de Fazenda e de Mobilidade do Distrito Federal;
- b) dê ciência do Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto e desta Decisão à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública desta Corte, em face das constatações indicadas no Achado nº 06;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: **374**

Processo: **7332/2012**

Rubrica: _____

- c) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os fins pertinentes.

Brasília, em de de 2015.

MANOEL DE ANDRADE

Relator

DIGITALIZADO